

## AS REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO NA VISÃO DE ANTÔNIO ROLIM DE MOURA

Loiva Canova\*

**Resumo:** O sertão, a partir dos escritos de Antônio Rolim de Moura, ganha uma pluralidade de significados e aspectos diferenciados que compõem um conjunto de representações expressas em juízos, saberes, intenções e projeções. No fazer cotidiano da colonização, nas descobertas do novo espaço e dos personagens singulares que o habitavam, nas estratégias de sobrevivência diante dos perigos e hostilidades da natureza bruta, no gozo de suas paisagens, no aproveitamento dos seus recursos, o sertão se transforma. É com este sentido que se reflete as imagens construídas por Antônio Rolim de Moura do sertão mato-grossense no setecentos.

**Palavras-chave:** Antônio Rolim de Moura, Mato Grosso, sertão, representação.

### THE REPRESENTATIONS OF BACKWOODS IN THE VISION OF ANTÔNIO ROLIM DE MOURA

**Abstract:** The backwoods, based on the writings of Antônio Rolim de Moura, have a plurality of meanings and differential aspects which compound a set of representations expressed on judgments, knowledge, intentions and projections. The backwoods are transmuted in the daily life of colonization, in the discovery of the new space and the singular characters who lived in this space, in the survival strategies facing the dangers and hostilities of wild nature, in the joy of its landscapes, in the exploitation of its resources. The images constructed by Antônio Rolim de Moura of the Mato Grosso backwoods in the seven hundred are reflected according to these ideas.

**Keywords:** Antônio Rolim de Moura, Mato Grosso, backwoods, representation.

### Uma história para o termo

Os portugueses utilizavam o termo sertão desde o século XIV para referirem-se a lugares do reino que fossem distantes de Lisboa. No século XV, passaram a chamar de sertão também aquelas localidades vastas, interioranas, pouco conhecidas e habitadas, situadas em suas colônias. É um vocábulo antigo, trazido ao Brasil pelos portugueses e que continuou a ser utilizado pelos viajantes e cronistas na descrição do cenário e imaginário colonial. Analogamente, a palavra sertão está nas correspondências oficiais entre os administradores lusos radicados na Colônia, embora, aqui incluísse um dado novo: aludia-se a lugares onde uma estruturação político-administrativa já havia sido estabelecida, haja vista a presença de núcleos de povoamento, de vilas e de aparatos burocráticos, podendo ser no mais interior da Colônia (AMADO, 1995).

Ao tratar-se da expansão de colonizadores na parte mais ao oeste da

colonização portuguesa na América, deve-se necessariamente compreender o modo como foi se configurando o enredo da história colonial paulista, no sentido de mostrar a ida de colonos para uma vasta área que passou a ser conhecida por homens europeus ou de ascendência europeia que tinham por objetivo maior a caça de índios. Os colonos, representados especialmente pelos sertanistas paulistas, devassaram o sertão, destruindo populações indígenas que nele habitavam. Considerando-os mercadoria, por meio da violência e da força submetiam-nos à condição de escravos. A interiorização ao sertão em direção ao centro-oeste colonial brasileiro é majoritariamente resultado do desdobramento das ações dos paulistas.

A colonização da região de São Paulo, diferente das de outras áreas no litoral, teve na mão de obra indígena a base de sua formação econômica mercantil, e os colonos responsáveis pelo projeto deram as costas ao comércio negreiro africano que acontecia em outras partes da colônia portuguesa. Essa história inicia-se com a consolidação da ocupação da região de São Paulo, no ano de 1553, tempo em que se abriu uma espécie de porta de entrada para uma vantajosa atividade econômica: a preação de índios. Nessa perspectiva, o sertão representava uma fonte segura de mão de obra cativa. De início, a escravização dos índios era obtida pelos colonos paulistas que atacavam as várias missões, gerenciadas pela ação evangelizadora dos padres jesuítas. Já nos idos de 1580, quando a política de aldeamento não mais supria o contingente de trabalhadores escravos necessários ao projeto colonial desenvolvido em São Paulo, os colonos passaram a defender a apropriação direta desses trabalhadores por meio das expedições predatórias ao interior sertanejo, quando os índios dos arredores já haviam sido extintos, especialmente as sociedades localizadas nas proximidades do Tietê (MONTEIRO, 1994, p. 36-42).

Desde o século XVII, o planalto paulista foi palco da organização dos mais diversos tipos de marchas para o sertão. Essas expedições variavam desde um pequeno grupo de escravos, chefiados por um índio domesticado, que se embrenhavam pelas terras do interior colonial aviados pelo seu dono, em busca de outros índios para a escravidão, até grandes contingentes compostos por milhares de homens, entre brancos, índios e mestiços. Embora o fator inicial das empresas itinerantes fosse à preação de índios, havia esperança de encontrar ouro. O sonho de encontrar minério, apesar de incerto, era também uma forte razão que levava os bandeirantes paulistas às longas e demoradas viagens por lugares distantes de sua capitania. Para essa empreitada contavam os colonos com outro tipo de incentivo de Portugal: as promessas de benesses, como títulos ou terras, para quem ousasse tão arriscada peripécia. A Coroa almejava, através do bandeirismo, movimento devassador de terras ainda não penetradas pelos brancos, um mais audacioso objetivo: aumentar seu patrimônio territorial americano para além do Tratado de Tordesilhas. Assim, os sertões passavam a ser o foco das conquistas aos povos indígenas e de novas

terras (MONTEIRO, 1994, p. 58-63; HOLANDA, 1985, p. 30, p. 15-45; VOLPATO, 1985, p. 15-33).

De forma resumida, contou-se o enredo do contexto de como o sertão da colônia Brasil foi dado a conhecer pela historiografia nacional com intenção de referenciar o espaço do interior, das riquezas, das possibilidades, do desconhecido.

No entanto, o termo sertão está carregado de significados. Sertão é guardador de belezas, de histórias, de ausências e de memórias. Viu-se que o termo sertão refere-se a uma categoria espacial que ao longo do processo de colonização portuguesa foi sendo construída pelos colonizadores, que lhe acrescentaram sentidos diversos, com conotações diferenciadas. Para esclarecer o conceito de espaço inserido na discussão da paisagem do sertão, diz-se que quando se atribui "*valores a paisagem esta se transforma em espaço geográfico*" (CASTRO 2009, p. 11). É com esta perspectiva conceitual que se entende o sertão: ele um espaço que tem forma e composição física e as atribuições que lhe são imputadas estão circunstanciados no campo das representações.

É corriqueiro ter-se a expressão em referência ao lugar onde se encontrava o agente colonial, ou para localizar outro além daquele. Sendo o litoral o centro por excelência das primeiras explorações portuguesas e de outros europeus e fulcro das modificações resultantes daquelas presenças, tornou-se, assim, o ponto de referência para diferentes regiões da Colônia: disto decorreu a designação de sertão para quaisquer novos lugares além do litoral.

Nessa perspectiva, formavam-se duas categorias opostas e complementares, com significações diferentes, porém, indissociáveis: o litoral espaço já conhecido, dominado pela civilização cristã europeia, e o sertão, um espaço misterioso, do ainda não conquistado, do estado bruto a ser descoberto e dominado, local da barbárie, dos silvícolas e das adversidades geográficas ainda não debeladas, desafiadoras aos hábitos e necessidades do colonizador. Definia-se sertão em contraposição àquele espaço civilizado; vinha para denominar o espaço do exilado, do degradado, do bruto, incivilizado, do perseguido, do imoral (AMADO, 1995). É este o sertão que se encontra na correspondência de Antônio Rolim de Moura, governador da Capitania de Mato Grosso nomeado por Decreto de Dom João V, rei de Portugal, no dia 26 de julho de 1748.

O primeiro governador da capitania de Mato Grosso nasceu na Vila de Moura, no Baixo Alentejo, no ano de 1709. Foi seu pai D. Nuno de Mendonça, IV Conde de Val de Reis, senhor de Póvoa e de Meadas, Comendador e Alcaide-Mor das Comendas e Alcaidarias. Sua mãe foi D. Leonor de Noronha, filha do I Marquês de Angeja, D. Pedro de Noronha. Por linha de varonia, vinha da família antiqüíssima e nobilíssima dos Mendonças, apesar de não ter usado o nome, por sucessão a casa dos Azambujas, por ter o último varão renunciado ao nome

da família. Desde cedo, o futuro governador de Mato Grosso foi dado aos estudos. Aplicado nas Filosofias, leitor dos escritos bíblicos e dos teológicos, das Matemáticas puras, das Ciências e das Artes mais úteis; as que tratavam dos princípios da Mecânica, da Estática, da Hidráulica, da Marinha, da Pilotagem e da Fortificação. Era aplicado às leituras da História Universal e da História de Portugal e se aperfeiçoara na arte da Retórica.

Antônio Rolim de Moura assumiu a governança da capitania de Mato Grosso em 1751 e a administrou até o ano de 1764. Foi um dos responsáveis pela demarcação da fronteira amazônica, estimulou a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e foi um dos mentores na Amazônia da política de liberdade aos índios. Essas medidas políticas definiram as bases da sua administração que literalmente redesenharam a fronteira oeste da Amazônia. Foi no contexto de enfrentamento como administrador de extensa área do América portuguesa e chefe da comissão portuguesa de limites com os territórios espanhóis que Rolim de Moura, governou a capitania de Mato Grosso. Conde de Azambuja (título que recebeu de D. José I em 21 de maio de 1763) foi governador da Bahia e também segundo Vice-Rei do Brasil, entre os anos de 1767 e 1769. Depois de permanecer na colônia americana por mais de duas décadas, retorna a Portugal e lá falece em 8 de dezembro do ano de 1782, aos 73 anos de idade (MOURA, 1982; CANOVA, 2008).

Ao definir Mato Grosso como sertão, o governador baseava-se no critério da oposição entre barbárie e civilização, e definia a si próprio e sua cultura, na perspectiva da análise da alteridade. Um olhar gerenciador da superioridade definidora, delimitadora e excludente. Sertão é, para Antônio Rolim de Moura, o lugar do outro, do inculto, do distante, do irracional.

Dessa maneira, problematiza-se como Antônio Rolim de Moura representa o sertão por meio de imagens do meio natural e cultural de Mato Grosso. Os escritos do governador trazem construções do sertão ou, pode-se dizer um sertão representado, difuso, imaginário, simbólico. Seus textos, ao referirem-se a esta categoria espacial, compõem um campo de visualidades e de visibilidades expressas em juízos, saberes, intenções e projeções. O sertão, nas observações de Rolim de Moura, ganha uma pluralidade de significados e aspectos diferenciados. No fazer cotidiano da colonização, nas descobertas do novo espaço e dos personagens singulares que o habitavam, nas estratégias de sobrevivência diante dos perigos e hostilidades da natureza bruta, no gozo de suas paisagens, no aproveitamento dos seus recursos, o sertão se transmutaria. É com este sentido que se refletem as imagens construídas por Antônio Rolim de Moura sobre o termo sertão.

### **A visão de Antônio Rolim de Moura do sertão**

Nos círculos de relações políticas de Antônio Rolim de Moura, a denominação, portanto, não era uma novidade. O termo viria para designar os espaços vastos, interiores, situados dentro dos domínios americanos:

Toda a gente de pé he capaz do Matto, q' nelle se criaraó, e ainda m<sup>tos</sup> dos de Cavallo; q' como a maior p<sup>te</sup> destes he composta de Paulistas, tem especial genio p<sup>a</sup> romperem Certões.V.Ex<sup>a</sup> quando os vir, me parece q<sup>e</sup> lhe haó de agradar pela figura, epela id<sup>e</sup>, todos vão destinados a Lá ficarem (CÓPIA, 1763, [f. 10v]).

Lylia da Silva Guedes Galetti (2000) afirma que os documentos coloniais não deixam dúvidas quanto à predominância da associação dos vocábulos sertão e deserto, usados como sinônimos, associação igualmente feita pelo governador:

Sertões... desertos: ínvios, desconhecidos e quiçá depositários de magníficos tesouros. Esta a primeira representação do colonizador português sobre o espaço geográfico que se alongava em direção ao interior das terras brasileiras, rumo ao Ocidente (GALETTI, 2000, p.36).

Jacques Le Goff, ao analisar as regiões de floresta no imaginário religioso ocidental medieval, aponta para a equivalência entre floresta e deserto, resultando a expressão "*floresta-deserto*", significando as florestas européias, espaços ainda pouco aproveitados pelas atividades humanas. Não se trata do deserto autêntico, mas de um deserto imaginário relacionado à idéia de solidão, expressão do simbolismo de um lugar não hospitaleiro, atrativo para fugas espirituais ou esconderijo de suspeitos, onde os valores são opostos aos da cidade ou da sociedade organizada. Na idéia de "*floresta-deserto*" está presente a oposição entre cultura e natureza: contraposição entre o construído, cultivado e habitado [cidades, castelos, aldeias] e o propriamente selvagem [mar, floresta] e entre o universo dos homens que vivem em comunidade e o universo da solidão (LE GOFF, 1983, p.39).

Janaína Amado também traz essas referências históricas e historiográficas no intento de contextualizar o surgimento dos conceitos dados à palavra sertão. Percebe-se semelhanças entre os elementos que entremeiam o imaginário medieval acerca das regiões de floresta, vistas como "*floresta-deserto*", e os que compunham a representação elaborada pelo colonizador português a respeito do Mato Grosso setecentista. No documento que segue, observam-se definições parecidas às narrativas de nosso personagem:

de março para cá eu e toda a minha comitiva temos por várias vezes tido sezões, mas além de ser essa comum hospedagem dos que novamente vêm a estas minas, bastante causa lhe demos em uma jornada tão dilatada, fazendo sempre as marchas pela força sol, o que se não pode evitar em sertão despovoado, em que é preciso ficarem os cavalos de noite a pasto, e bebendo muitas vezes

águas salobras, e de charco. E também no descômodo, com que aqui temos passado, estando desde quinze de janeiro vivendo em ranchos de palha, sem nem janelas, expostos a todo o rigor do tempo, e juntamente a muita vizinhança em que estivemos do rio, a qual em tempo de águas em toda parte é perigosa (CARTA, 1982, p. 98).

Lêem-se imagens que significam o não construído, o não cultivado, o não dominado; dos perigos das intempéries, dos maus tempos, das enchentes. São estas as representações do sertão encontradas na documentação pesquisada: espaço da negação, da solidão, da ausência do civilizado e da falta de sociabilidade. No entanto, também o espaço das riquezas e das possibilidades.

Nos escritos do governador, o sertão representava e guardava para os sertanistas uma importante fonte de renda, lá estavam os índios que eram caçados para o comércio colonial. Se de um lado os índios foram representados como avessos à adaptação aos costumes e aos ditames do colonizador, de outro, proporcionavam a muitos destes uma vida menos difícil, afastada do desgastante e laborioso trabalho braçal. Estas apreensões ocorreram a Antônio Rolim de Moura logo em sua viagem de São Paulo ao interior da capitania:

No dia seguinte fui a jantar em Mogi marchando um grande pedaço através de várzeas larguíssimas, mas inúteis pela opinião, em que está a gente da América de que só em roçar se pode semear, ou plantar: a vila é pequena, como todas as que vi na comarca de São Paulo, porque a maior parte dos moradores assistem nos seus sítios onde lhes vai o tempo em cachimbar, e em balançar-se na rede em camisa, e ceroulas, seu vestido ordinário, e mandando os seus carijós, adquiridos pelo sertão com grandes trabalhos, e não menos ofensas a Deus (RELAÇÃO, 1982, p. 1-2).

Antônio Rolim de Moura apresenta sua percepção do bandeirismo no interior da capitania paulista, marcada pela preação de indígenas. As imagens apresentadas pelo governador mostram a violência como método à escravidão de silvícolas, quando dos ataques sertanistas em aldeias. Mostra-se um oficial capaz de denegrir a imagem dos seus moradores, construindo-se arrogante em qualidades, fazendo-se dotado de bravura, construindo-se um oficial com suficiente força para enfrentar os perigos dos rios e da natureza hostil e farta de recursos.

Esse sertão avistado pelo governador vai se tornando num lugar de histórias, enredos que assinalam suas impressões relativamente às terras mato-grossenses. Cita-se o caso do sertanista Fernão Dias Falcão, que, quando se viu frente à morte, mostrou-se em seu testamento arrependido por ter causado ofensas e sofrimentos durante os empreendimentos de preação e de utilização da mão de obra indígena para fins de comércio. Fernão Dias Falcão, ao fazer uma leitura de seu passado de sertanista, deu novos sentidos à sua história. As

lembranças que lhe ocorreram naquela situação foram responsáveis por sua decisão de deixar parte de sua herança como restituição aos índios, como para compensar-lhes as humilhações sofridas:

Este homem fez muitas entradas ao sertão, e muitas partes delas ou todas no Distrito do Cuiabá, fazendo nestas entradas as violências e roubos, que nelas praticam os sertanistas pelo que à hora da sua morte, achando nesta parte muito gravada a sua consciência, por descargo, dela e por satisfação ao prejuízo que tinha causado aos índios aplicou, por sua tensão parte da sua fazenda para cativos, e outras esmolos (CARTA, 1983, p. 21).

Nesse caso, o preador de índio lançou mão de seu patrimônio na tentativa de aplacar a consciência. Parece que a doação tinha, neste caso, um sentido de remissão, um lenitivo misericordioso para com aqueles a quem teve por escravos durante a vida. Ou quem sabe, uma tentativa de barganhar com Deus o perdão de suas culpas. A situação torna-se mais intensa quando esses sertanistas se encontram diante da morte, momento, talvez, de invocação dos Santos e pedidos de perdão para as faltas cometidas. A restituição paga pelo sertanista ficou sob a responsabilidade da Real Fazenda das Minas do Cuiabá, sob as ordens de Antônio Rolim de Moura, e parte do inventário serviria aos investimentos a fim de aumentar as aldeias, por ter a Fazenda Real da capitania poucos recursos. É possível também se pensar que Rolim de Moura ao fazer menção a Fernão Dias Falcão, estaria a desconstruir a imagem de um dos grandes sertanistas para, elevar a sua imagem e ações como homem exemplar, virtuoso e avesso à violência praticada aos índios.

O governador escreve mais exemplos de homens que viam no sertão uma fonte de renda, daqueles que iam à busca do índio e assolavam aldeias com o intuito da escravidão, e relata pormenores de histórias sobre tais práticas.

Percebe-se que Rolim de Moura, com relação ao combate das práticas sertanistas da escravidão indígena, seguiu instruções específicas que faziam parte de suas obrigações. Enquanto governador da capitania de Mato Grosso deveria zelar pelos índios categorizados como mansos:

Nas terras que medeiam entre o Cuiabá e o Mato Grosso se encontrou há alguns annos a nação dos índios Parecis, mui próprios para domesticar-se, com muitos princípios de civilidade e outras nações de que se poderiam ter formado aldeias numerosas e úteis, e com sumo desprazer soube, que os sertanejos do Cuiabá não só lhes destruíram as povoações, mas que totalmente têm dissipado os meus índios com tratamentos indignos de se praticarem por homens christãos. Por serviço de Deos e meu e por obrigação da humanidade deveis pôr o maior cuidado em

que se tornem a commetter semelhantes desordens castigando severamente aos autores d'ellas, encarregando aos ministros que pela sua parte emendem e reprimam rigorosamente tudo o que n'este particular se houver feito ou ao diante se fizer contra repetidas ordens que têm emanado n'esta matéria (INSTRUÇÕES, 1982, p. 133).

A rainha Dona Mariana da Áustria esposa do rei de Portugal, Dom João V, estava informada a respeito das nações indígenas que tinham seus territórios plantados na parte oeste da conquista, onde o sertão representava fonte de preciosas indicações de riquezas naturais e minerais, e da maior concentração de populações indígenas, destinadas a serem alvo das ações de captura ou extermínio praticadas por experientes sertanistas. Contudo, a preocupação com a proteção destes índios vem de antes da criação da capitania de Mato Grosso, criada em 1748. A política indígena ganhou força e maior consistência no decorrer dos anos 1730, em especial a partir de 1734, após a descoberta do ouro na região do Guaporé, acontecimento que foi fundamental para definir a política da Coroa portuguesa no que tange às estratégias para ampliar e garantir suas possessões frente ao Império espanhol.

À parte da política populacional, soma-se a estes juízos quanto ao sertão a elaboração de imagens negativas a propósito da capitania de Mato Grosso, em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais que o separavam de Portugal. Como um homem de corte, aristocrata e oficial do Estado Português, o nobre português identificava Mato Grosso como lugar do atraso e da barbárie, contribuindo, assim, para a construção de uma marca da identidade regional da capitania. A noção de sertão associa-se à de *barbárie*, sobretudo quando se referia às regiões habitadas por nações indígenas percebidas como irracionais, incivilizadas, brutais, selvagens e, portanto, insuficientemente propensas ao aperfeiçoamento intelectual das quais fossem capazes de se aproximar àquelas avaliadas à razão. Às inábeis a uma vida civilizada, havia um destino certo: o sertão,

não há duvidas q' alguns Indios chegão a aprender a ler e a escrever, ainda dos q' estão em maons particulares, e no cuyabá me consta haver hú q' te sabe contar; porem o ordinário hé não terem capacid<sup>e</sup>. p<sup>a</sup> isso, e antes muitas vezes entro em duvida se a mayor p<sup>e</sup> delles chegão a ter uzo de rezão, e essa he a couza da pratica q' se lhe tem intruduzido seos Aldeyar, e tratar em tudo, como menores, sendo isso precizo, ainda p<sup>a</sup> conservarem affé, e a doutrina, porq' de outra forma, com a mesma facilid<sup>e</sup> com q' a recebem se esquecem della, o q' se está vendo com alguns q' depois de mt<sup>os</sup> annos da confiçãõ, e comunhão fogem p<sup>a</sup> o Mato, e lá tornão a viver como de antes (CÓPIA, [f. 49-50v]).

Muitos foram colocados na condição de índios mansos, e



estrategicamente escolhidos para engrenar a política de colonização. Na política de configuração da expansão territorial portuguesa, o sertão, na visão de Antônio Rolim de Moura deveria ser desinfetado. Em defesa do projeto de expansão, o governador, assume a importância da redução dos índios mansos, incluindo nesse enredo os índios Paresi, por entender que isto afirmaria a conquista dos lusos das terras próximas aos vizinhos espanhóis. Ao contrário de outros gentios, tidos como bravios, infiéis, quase impossíveis de se tornarem cristãos, os índios da nação Paresi foram vistos por Rolim de Moura como os mais predispostos à inclusão aos fundamentos dos valores conceituados como civilizados, inclusive por serem os de maior inclinação aos ensinamentos da fé católica.

Sertão era o espaço dos limitados e dos não afinados à vida racional; estas são as imagens encontradas quando o governador apresenta percepções em descrições bastante desanimadoras. Em outras, a dubiedade se faz presente à execução de ordens quando sugere que as mesmas nações indígenas inábeis à vida civilizada eram passíveis de transformação, desde que recebessem o incentivo e a orientação dos agentes portugueses. Havia perspectivas de construção do progresso mesmo em terras tão incultas:

houve Vossa Majestade por bem recomendar-me nas suas Reais Ordens que procurasse reduzir o Gentio Paiaguá a viver racionalmente e que se para este efeito necessitasse de algumas coisas que não houvesse neste sertão a fizesse presente a Vossa Majestade pelo seu Conselho Ultramarino (CARTA, 1983).

Entende-se que à medida que o espaço da América portuguesa foi sendo conhecido pelo oficial português em direção ao oeste, o termo *sertão* foi ganhando diferentes significados. Seus escritos tratam de dar visibilidade à localização geográfica do Mato Grosso, apresentando uma projeção de isolamento e definindo o território como um vasto sertão, uma região distante do litoral, e se acercando de outra referência, a de fronteira. Para ele a fronteira também é um sertão, concebido como espaço de “contrabando, de busca mútua de apoio”, e de fugas. Sabe-se que o Mato Grosso representava à Coroa o antemural do Brasil, e Antônio Rolim de Moura era responsável pela defesa desta larga fronteira. Para o projeto português, defendê-la significava povoar, *“de modo a não abrir flanco para penetrações do opositor pelo território, anulando as conquistas que a colonização desordenada, feita pela mineração, tinha acarretado”*. Houve *“intercâmbio com os espanhóis e as questões de defesa imprimiram à sociedade colonial mato-grossense características próprias, típicas de uma capitania de fronteira”* (VOLPATO, 1987, p. 75).

O sertão representava também a possibilidade de eximir-se de penalidades administrativas ou judiciais, impunidade favorecida por uma região tão ampla e de difícil acesso aos aparatos legais. Sugere que o

governador que nos sertões se pode viver o desregramento, a falta de lei, a falta de civilidade. Um espaço designado ao desertor, ao desordeiro, ao imoral. Uma imagem a mais em alusão ao sertão: único espaço que parecia servir ao Ouvidor do Cuiabá, pois nele havia lugar para os que eram indignos, desonestos, amorais; o sertão servia à fronteira do outro:

Naó hem necessr<sup>a</sup> que V. S<sup>a</sup> fizesse justificaçõe<sup>s</sup> p<sup>a</sup> provar o mau conceito faz que se deve ter de João Ant<sup>o</sup> Vaz Morilhas Ouv<sup>or</sup> do Cuyabá, e espero, q' na occaziaó desta Frota lhe va successor já q' D<sup>s</sup> naó quis permitir q' o outro Ouv<sup>or</sup> nomeado lhe fosse succeder e tirara rezidencia, q' me parece acharia de tirar, com toda a cautella e justiça, e naó me admira, q' o Ouv<sup>or</sup> do Cuyabá com a not<sup>a</sup> de ter syndicante cuydasse em fugir como V. S<sup>a</sup> me aviza porq' a sua vida, e costumes he já taó sabida, q'só nos sertóes poderia viver (CÓPIA, 1756, [f. 114v-115v]).

José de Souza Martins escreve que a fronteira *é o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular*. Na sua discussão, o sertão (e a fronteira) são lugares, por excelências, da ausência da lei, do conflito, da violência da morte. Na perspectiva sociológica e antropológica, os aspectos essenciais da multiplicidade da fronteira são assim explicados:

À primeira vista é o lugar dos encontros do que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (MARTINS, 1997, p. 150-151).

Sobre o desencontro e o conflito de diferentes grupos humanos e diferentes visões, Martins explica que:

O desencontro da fronteira é o desencontro do tempo – realidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. [...] A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna parte antagônica de nós (MARTINS, 1997, p. 151).

Entende-se que a fronteira tem dois lados: um é dito o lado da civilização e outro é o lado da barbárie, do incivilizado (MARTINS, 1997, p. 163). Essas análises de Martins permitem explicar que o sertão encontra-se nesta categoria, a fronteira a ser ocupada, a ser civilizada, a ser conhecida; com características de ser um espaço de adversidades e de perigo.

Os escritos atribuem ao sertão múltiplos sentidos: território sem lei, “larga extensão”, “desertos”, “dilatadas jornadas” (GALETTI, 2000, p. 34). Também para o termo, tratou-se de lhe dar conotações de imensidão, que nas palavras do governador foram escritas: [...] “porém como esta só não basta para livrar das muitas chuvas, que necessariamente se apanham em uma travessia tão grande do sertão como esta” (RELAÇÃO, 1982, p. 1-2). O espaço do sertão representava a escassez, com pouca ou nenhuma condição material para a satisfação das necessidades e hábitos de um representante da Coroa em terras mato-grossenses, o que levava o Capitão General a afirmar que este sertão era o lugar da ausência:

Alem da despeza q’ fiz da mais de cinco mil cruzados, na jornada do Cuyabá p<sup>a</sup> aqui, eno preparo della, sem embargo devir mt<sup>o</sup> escuteyro, depois q’ aqui estou sem e tem aumetado mt<sup>o</sup> os gastos, pois me vejo obrigado naô só aos q’ cauza agrd<sup>e</sup> carestia destas Minas, mas a o excesso sobre ella aumt<sup>a</sup> estar vivendo emhú serto aondepor hora naô há nada, eme he preciso mandar conduzir á m<sup>a</sup> custa dos Arrayaes, assim o mantim<sup>to</sup> todo, como as mais couzas deq’ careço com discomodo, edespesa grande. Naô hé tambem pequena aq’ me tem causado nachapada, eaqui a repetição das sezoés m<sup>as</sup>, edam<sup>a</sup> família (CÓPIA, 1752, [f. 8v-20]).

Os que vinham de outras paragens para a capitania se defrontavam com vicissitudes específicas de caminhos feitos: pela via terrestre que ligava Cuiabá a Goiás, pelo caminho fluvial do sul ligando São Paulo às minas do Cuiabá ou pelo norte da região amazônica, possibilitando a comunicação do Amazonas com o Guaporé. Essas vias de acesso ao Mato Grosso tornavam as viagens pelo interior da Colônia um penoso exercício de vida e de aprendizado. Além de o sertão ser espaço que exigia habilidade, também necessitava de vigilância. Nota-se, em correspondência de Lisboa, a determinação política de estabelecer na região do Guaporé os mecanismos de controle necessários para uma arrecadação satisfatória aos cofres metropolitanos:

Faço saber a vos Governador e Cap<sup>m</sup> Gen<sup>AL</sup> da Cap<sup>nia</sup> de Mato Grosso, [...] mandar estabelecer hum Registro no Caminho do Pará, q’ vay para essa Cap<sup>nia</sup> p<sup>a</sup> fazer arrecadar os direitoz por entradas, q’ devem pagar as fazendas que pelo d<sup>o</sup> caminho se intruduzirem, p<sup>a</sup> as minas desse governo [...]. Fuy servido determinar por rezolução do primeyro do corrente tomada em conzulta do meu cons<sup>o</sup> Ultr<sup>o</sup> q’ o d<sup>o</sup> registo se estabeleço na pr<sup>a</sup> cachoeyra da Aroaya, no qual assistira por p<sup>e</sup> de m<sup>a</sup> fazenda hum, ficando assim baldado o registo, e a m<sup>a</sup> fazenda prejudicada administrador que nomiarey, e todo o rendim<sup>to</sup> se porá em deposito até se liquidar a q<sup>m</sup> pertence, e aos moradores de V<sup>a</sup> Bella, se lhe observará o previligio, q’ lhe tenho concedido; mas como se

podem seguir muitos inconvenientes, e descaminhos da continuação dos ditos privilégios, ponde-se em pratica no Rio Goaporé todas as carregações q' por elle subir em pois se encabeçarão em povoadores de V<sup>a</sup> Bella, p<sup>a</sup> se salvarem os direytos, q' depis de lá chegarem nunca se conseguira impedir q' por aquelles certões se espalhem a fazenda previligeadas p<sup>a</sup>. os destritos do Cuyabá, e Goyazes (CÓPIA, 1753, [f. 36v]).

Desde meados do século XVIII, houve a premência dos lusos em se definir a fronteira com a América espanhola. A região do Mato Grosso era precisamente aquela onde mais se havia ultrapassado o meridiano de Tordesilhas (FERREIRA, 2010, p. 4). A necessidade de garantir os territórios já ocupados e que se encontravam para além da linha do Tratado, foi política assumida e de caráter oficial preponderante iniciada na administração de Antônio Rolim de Moura e continuada por seus sucessores ao cargo de Governo. Assim, em meados do século XVIII, o Estado português e seus agentes passaram a desempenhar um papel muito mais interventor na exploração e reconhecimento do espaço, na região do Guaporé. Agindo de maneira a ter mais informações da geografia do sertão, o governador incumbiu-se de representar os caminhos que percorreu, desde sua saída do porto de Araritaguaba localizado em São Paulo até sua chegada no Guaporé. De forma pormenorizada seu trabalho de representação cartográfica é assim escrito:

Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Snr<sup>s</sup>. Quando vim p<sup>a</sup> esta Cap<sup>nia</sup> tive a corizid<sup>e</sup> de Santos p<sup>a</sup> diante, devir sempre com o agulhão namão observando os Rumos, e conjeturando por fantasia as marchas assim deterra como dos Rios. Do Cuiyabá p<sup>a</sup> aqui fiz o mesmo com o fim depoder remeter aS. Mag<sup>e</sup> hú Mapa destes caminhos, se não exato, aomenos q' de algum modo buscasse com menos distancia averdade. Não me rezolvi ate gora afalar nesta materia aV. Ex<sup>a</sup>; porq' receava não Levar ao fim omeu intento, assim por ser muito superficialm<sup>e</sup> instruido nos principios necessarios aeste effeito, como por não saber seacharia, q<sup>m</sup> mepuzesse em limpo o meu risco. A occupação do Gov<sup>no</sup>, e as m<sup>as</sup> molestias menão derão tam bem Lug<sup>r</sup> aconcluir esta obra maiz sedo, principalm<sup>e</sup> sendome necessario, depois defeito o risco, mandala ao Cuyabá, por se achar naquella V<sup>a</sup>, q<sup>m</sup> só achey capaz depolho com o aceyo deq' necessitam p<sup>a</sup> poder aprezenstar se aS. Magestade (CÓPIA, 1754, [f. 81]).

Ele diz dos detalhes que se incumbiu no feitio do mapa, acrescentando nele as informações de sertanistas e mais viajantes que cruzavam aquelas terras e rios:

Ao primeyro Mapa mandei ajuntar ode Goyaz, que me havia remetido daquella V<sup>a</sup> Fr.<sup>co</sup> Joze Comlombina, etambem o do caminho por terra damesma p<sup>e</sup> p<sup>a</sup> o Cuyabá observado pelo mesmo sugeito, q' dezenhou os Mapas. Ao segundo mandei ajuntar, o q' por informações de Sertanistas, e viandantes sepode saber dasterras e rios desta Cap<sup>nia</sup>, p<sup>a</sup> servir como do seu Mapa topografico. Precizam<sup>e</sup> hú eoutro pello q' toca ao neutrabalho hão deter grandes erros, primeyram<sup>e</sup> pella pouca instrução dos principios, e em segundo Lug'; porq' o cuid<sup>o</sup> da tropa, e de abreviar aviagem menão permitião vir fazendo as demoras precisas p<sup>a</sup> tomar as alturas amiudo, observar avariação da agulha, amarcha, da Canoa, q' depende de conhecim<sup>to</sup> da correnteza dos rios, q' varia infinitam<sup>e</sup>, não so porq' cada rio tem asua expecial; mas o porq' o mesmo rio corre com mais, e menos violencia acada paço. [...] Contudo até o Tacoary seajustou bast<sup>m</sup><sup>e</sup> am<sup>a</sup> fantazia com aobservação do sol. Dahi p<sup>a</sup> o Cuyabá foi mayor o excesso da differença, o q' atribuo assim aos pantanais, como avir mais occupado do cuid<sup>o</sup> da tropa por ser todo aquelle caminho quasi ate o Cuyabá destrito, em q' costuma o Payaga fazer os seus asaltos (CÓPIA, 1754, [f. 81]).

A essa descrição da paisagem do Pantanal somam-se outras, em que índios no distrito do Cuiabá, de acordo com as nações a que pertenciam, foram descritos como inimigos, brutos ou traiçoeiros. Esses valores atribuídos ao Pantanal mostra-o como um lugar de perigo, fez dele um espaço de selvageria dos povos e residência de animais raros, peixes ferinos e insetos impertinentes. Esta região, também foi representada pelo Governador como um espaço da barbárie, além daquela que se prestava à função de criatório natural de bichos estranhos e singulares, nela havia a ameaça de três nações indígenas: os índios Caiapó, os Paiaguá e o Guaicuru. Ao chegar ao Cuiabá ele cita das localizações, cuidando de mostrar das grandezas do Pantanal:

Mas chegando aquella V<sup>a</sup>, etomando ahi o sol am<sup>a</sup> vontade, por elle emmendei a derrota Os pantanais, q' começam no fim do Tacoary, não são como no Mapa vão desinados; porq' o desenhador, como esta tão longe demim menão percebeo bem. [...] Não he contudo o d<sup>o</sup> pantanal Limpo pela mayor p<sup>e</sup>, mas sim cheio de capinz, carrotais, cujas pontas crescem m<sup>to</sup> ao decima dagoa, e com algumas arvores, ede espaço, em espasso seus redutos deterra alta, e coberta de mato. [...] Tambem o Mapa não mostra a grandeza do pantanal, q' p<sup>a</sup> ap<sup>e</sup> do Norte, seestende ate perto do Cuyabá ep<sup>a</sup> a do sul vay confinar com avezinhanças da Cid<sup>e</sup> do Paragoay, e sealarga tambem mt<sup>o</sup> p<sup>a</sup> o Nascente, e Poente. No tempo de secas he muito entre cortado de terraz altas, e os Rios Paragoay, [Achianes], Porrudos, Cuyabá, q' correm por entre elle tem pl<sup>a</sup> mayor p<sup>e</sup> obarranco descoberto,

porem no de Agoas muitas vezes não achão osviandantes terra aonde pouzarem, e fazerem fogo. Este meparese he verdadeiram<sup>e</sup> o lago do Xaraés, q' aconsiderallo pela extensão he hú mar degoa dosselsto digo por aquella por onde vem ocaminho p<sup>a</sup> Cuyabá (CÓPIA, 1754, [f. 81]).

Com a criação da capitania em 1748, os portugueses organizaram diversas expedições com o fim de estabelecer a garantia da posse para o ocidente da linha de Tordesilhas, ou seja, a concretização do principio do *uti possidetis*. Segundo Jaime Cortesão, com a expansão dos sertanistas que se interiorizaram ao Brasil, criando pequenos povoamentos, a validade do antigo Tratado de Tordesilhas estava em xeque. O novo Tratado (o de Madri) tinha o objetivo de assinalar os limites dos dois Estados (Portugal e Espanha), tomando por balizas as paragens mais conhecidas, tais como a origem e os cursos dos rios e dos montes mais notáveis, a fim de que em nenhum tempo se confundissem, nem dessem ensejo a contendas, que cada parte contratante ficasse com o território que no momento possuísse, à exceção das mútuas concessões que nesse pacto se iam fazer e que em seu lugar se diriam. Assinado em 1750, o tratado não usava as linhas convencionais, mas outro conceito de fronteiras, introduzido neste contexto por Alexandre de Gusmão, a posse efetiva da terra (*uti possidetis*) e os acidentes geográficos como limites naturais. A definição dos rios como raias limítrofes entre as nações confinantes contou com o trabalho dos agentes administrativos da Coroa na Colônia, os quais deviam apresentar variados informes geográficos para a orientação e defesa dos planos de divisas naturais à Corte de Madri.

O interesse em reunir vasta documentação dos rios do extremo oeste colonial daria a Alexandre de Gusmão elementos para as negociações de 1750 em Madri. Recorde-se que os entendimentos diplomáticos foram negociados desde 1746 e se baseavam no estabelecimento de fronteiras reconhecidas pelos reinos de Portugal e Espanha na América. Foram anos de negociações para que, finalmente, pudesse ocorrer o estabelecimento do corpo diplomático que iria traçar os preceitos do Tratado. Em 1746, quando começaram as negociações diplomáticas a respeito do Tratado, Alexandre de Gusmão possuía os mapas mais precisos da América do Sul, que encomendara aos melhores geógrafos do Reino. Era um dos trunfos com que contava para a luta diplomática que duraria quatro anos (CORTESÃO, 2011, p. 92-93).

Com a instalação dos poderes na região do Guaporé, os colonizadores exploraram o espaço e trabalharam para definir a fronteira. Antônio Rolim de Moura, por exemplo, iniciou seu trabalho de riscador do espaço do sertanejo, desde o porto de Araraguaba, onde principiou a viagem monçoeira sul pelas águas do Tietê até o Guaporé, para as margens de ele fundar Vila Bela da Santíssima Trindade. Durante a sua viagem pelo caminho fluvial que o levaria até à nova capitania que iria governar, escreveu impressões geográficas das mais variadas.

Neste sertão representado foi evidenciada a presença de religiosos ao serviço da Espanha que dificultava o avanço português para o ocidente e daí a necessidade dos lusos de se obterem informações geográficas precisas nas terras mais ao oeste de toda a Colônia americana. Motivo pelo qual o espaço do sertão passou a ser objeto de informações cartográficas, com a sinalização de acidentes naturais, de informações das nações indígenas, do traçado de caminhos, da presença das missões espanholas,

Esta vontade de conhecer o lado espanhol intensifica-se a partir dos finais da década de 1730 e inícios da de 1740, quando diversos sertanistas partem de Mato Grosso em direção às missões castelhanas de Moxos e de Chiquitos, mesmo contra as ordens da coroa portuguesa que proibia esse tipo de contactos [...]. Em meados do século XVIII, a premência em se definir a fronteira com a América espanhola, bem como a necessidade em garantir os territórios já ocupados e que se encontravam para além da linha de Tordesilhas, assume a maior preponderância na política colonial portuguesa para a América do Sul. A região de Mato Grosso era precisamente aquela onde mais se havia ultrapassado aquele meridiano (FERREIRA, 2010, p. 7).

Como visto as representações da paisagem do Mato Grosso não se restringiram às cartográficas, é uma das inúmeras que compõem elementos às suas apreensões das terras da capitania. A respeito dos missionários espanhóis sugeria cautela por meio das relações políticas. Esta fronteira avizinhada pelos espanhóis, alcançada e conquistada pelos portugueses no Guaporé precisava ser mais bem conhecida, a despeito da imponência e importância das edificações das missões espanholas de Moxos e Chiquitos. Para os portugueses, a região do Guaporé era território a ser conquistado por ações de povoamento, fundação da sede do governo e fundamentalmente com a política de Demarcação de Limites. O sertão oriental do Rio Guaporé foi cuidadosamente defendido pela Coroa portuguesa, e as tentativas espanholas de conquista foram rechaçadas pelo trabalho de muitos:

Por Goiás dei conta Vossa Excelência da notícia, que tive, de quererem os padres espanhóis continuar as entradas ao sertão da nossa banda, de cuja conta remeto agora as segundas vias. Com efeito saiu desta vila o Alferes de Dragões a 27 de dezembro com duas canoas armadas em guerra com duas pecinhas de amiudar, bastantes armas de fogo, e perto de quarenta homens, entrando dragões, sertanistas, pedestres, e índios Bororo, que são mais esforçados, que há por estas terras, e usam bem das armas de fogo (CARTA, 1983, p. 55).

Luíza Rios Ricci Volpato esclarece que a política colonial portuguesa era favorecida pela movimentação na fronteira. Por vezes os índios “domesticados”, os das missões, em resposta às pressões sofridas nas aldeias castelhanas, procuravam refúgio em terras portuguesas, e em muitas ocasiões sertanistas do Brasil atacavam missões dos vizinhos espanhóis com a finalidade de escravizar os indígenas. Os portugueses incentivavam o fluxo migratório e atraíam os índios com o fito de minorar a deficiência de mão de obra necessária na região. O sertão fronteiriço foi um espaço oscilante “onde se faziam presentes a insegurança ou o medo dos representantes lusos de um ataque imprevisto” (VOLPATO, 1987, p. 66-71).

De acordo com a percepção de Antônio Rolim de Moura, as terras de Mato Grosso além de serem vistas como desertos, ou como fronteiras que necessitavam de urgente demarcação, foram também sujeitas às pragas do Divino, por ações de sertanistas que persistiam na prática da escravidão:

Porquanto me consta, q' varias pessoas destas Minas tem comprado alguns Indios, q' vierão do Pará com o pretexto deserem daquelles q' S. Mag<sup>e</sup> naquella Cap<sup>nia</sup> declarou por verdadeyros captivos, e como tais os possuem, e por rezões q' mesão presentes tenho justo motivo p<sup>a</sup> duvidar desta verdade; antes não falta, q<sup>m</sup> assevere, q' algum, ou alguns dos ditos Indios forão apanhados das nossas mesmas Aldeyas, corroborando me esta suspeita o pouco escrupulo, q' há nos moradores desta Cap<sup>nia</sup> em sugeitarem por qualq' sutil motivo a liberdade dos Indios, sendo tam largos por Direyto os foros della, sem repararem, q' nisto dezobedessem ás repetidas ordens d'El Rey, e á mesma Ley de Deos, q' talvez aggravado de tão grandes ofensas está castigando estas terras com as doenças, e com as miserias, não havendo quazi servido de proveyto aninguem as muitas riquezas, q' nellas se descobrirão; antes sendo ellas mesmas acauza deperderem aqui tantos as vidas (CÓPIA, 1753, [f. 54]).

O sertão foi uma categoria usada primeiramente pelos colonizadores portugueses, no período colonial. Um termo carregado de sentidos, entre os mais recorrentes estão: ser representado como espaços vastos, desconhecidos, pouco ou nada habitados, distante do além mar. Estas representações foram confirmadas nas imagens produzidas por Rolim de Moura do lugar de Mato Grosso, e a ele outros foram acrescentados. O sertão do Mato Grosso ganhou nos escritos do oficial português, representações específicas.

As percepções do governador do sertão mato-grossense ativam sentidos que remetem a algumas dimensões simbólicas acima delineadas. A fronteira representou o espaço de contenção do avanço espanhol, um sertão que precisou de recursos humanos, de representação cartográfica, da liberação da navegação da via Madeira-Guaporé, ligando Belém, no Grão-Pará, à capital do



Mato Grosso. Uma capitania que representou o antemural do Brasil, com o propósito de se ter um aparelhamento militar, com a criação de uma Companhia de Dragões e com a transformação da aldeia de Santa Rosa, conquistada aos espanhóis, no Presídio de Nossa Senhora da Conceição.

Nas representações cartográficas, o sertão mato-grossense, foi localizado como região aurífera, com informações geográficas das quais os dois caminhos fluviais e o terrestre eram morosos e difíceis. Com uma impressionante rede hidrográfica que permitia a comunicação daqueles sertões com o litoral sul e com o Grão-Pará, permitindo o acesso a parte central da América do Sul.

Também o sertão proporcionou diversas experiências: possibilidade de exploração econômica para a metrópole, esperança de melhoria de vida para alguns, aquisição de riquezas para os mineradores e caçadores de índios, espaço para aventureiros e infratores da lei, local de embate com índios indomáveis. Um sertão que ofereceu o enredo do avanço dos representantes coloniais das terras do extremo oeste da Colônia portuguesa e onde sociedades que colocadas na condição de índios mansos, a exemplo os índios Paresi e os Bororo, foram estrategicamente escolhidos para engrenar a política de colonização (CANOVA, 2003, 2005).

O espaço do sertão foi representado em categorias que variam em diversos aspectos, e junto formam parte das representações de Mato Grosso presentes no imaginário social. A paisagem do sertão quando representada por Antônio Rolim de Moura, ganhou muitas imagens e a partir dos seus escritos conseguiu-se observar uma fronteira dinâmica, marcada pela presença humana, pela mobilidade física de indígenas e de colonos. Ainda, foi representada com produção agrícola e com criação de bovinos, com comércio, com povoados e caminhos. A paisagem mato-grossense foi narrada pelo governador com espaços culturais e ambientais, entremeando uma narrativa de imagens ambíguas das nações indígenas. Um sertão que havia sofrido a intervenção do colonizador e nele deixou marcas: com unidades produtivas, com abertura de caminho terrestre e fluvial, de núcleos populacionais formados pela descoberta do minério. São imagens que tratam de um universo cultural e ambiental significativamente diverso, mas que se complementam na dubiedade das apreensões imaginárias do ilustre governador, em alusão ao sertão mato-grossense.

## **Nota**

\* Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: loivacanova@gmail.com.

## **Referências**

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CANOVA, Loiva. **Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)**. 2003. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CANOVA, Loiva. Imagens dos índios Paresi no espelho do colonizador (1719-1757). **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 1, jan./jun. 2005.

CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: um ilustrado na Capitania de Mato Grosso. **Coletâneas do nosso tempo**, Cuiabá, ano 7, v. 7, n. 8, ago./dez. 2008.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 16 de janeiro de 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. **D. Antônio Rolim de Moura – Primeiro Conde de Azambuja (Correspondências)**. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, 1983, v. 2.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Sua Majestade Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 18 de junho de 1753. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. **D. Antônio Rolim de Moura – Primeiro Conde de Azambuja (Correspondências)**. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, 1982, v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, em 20 de março de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. **D. Antônio Rolim de Moura – Primeiro Conde de Azambuja (Correspondências)**. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, 1983, v. 3.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade Dom José I. Cuiabá, 13 de julho de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. **D. Antônio Rolim de Moura – Primeiro Conde de Azambuja (Correspondências)**. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, 1983, v. 1.

CASTRO, Demian. **Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da Geografia**. Disponível em: <[www.pucsp.br/~diamantino/PAISAGEM.htm](http://www.pucsp.br/~diamantino/PAISAGEM.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2009.

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça da Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. Doc. 101, [f.81]. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas Expedidas e Recebidas**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro 06, Estante 1. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

CÓPIA da Carta de Diogo de Mendonça Corte Real para Antônio Rolim de Moura. Belém, 22 de junho de 1756. **Livro de Registro de Provisões, Cartas, Expedidas e Recebidas**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Doc. 207, [f. 114v-115v]. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

CÓPIA da carta de João Manoel de Mello a Antônio Rolim de Moura. Vila Boa, 31 de agosto de 1763. Doc. 14, [f. 10v]. **Livro de Registro de Cartas, Bandos**,

**Instruções e Correspondências expedida e recebida.** Governo D. Antonio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Sousa Coutinho. Capitania de Mato Grosso – Secretaria de Governo 1763-1769. Livro C-14, Estante 01. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

CÓPIA de Bando que Rolim mandou publicar em proibição a compra de índios trazidos com as monções do Pará. Vila Bela da Santíssima Trindade, 11 de março de 1753. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas.** Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Doc. 44, [f. 54]. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

CÓPIA de Carta de Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas.** Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Doc. 16, [f. 8v-20]. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

CÓPIA de Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade. **Livro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antônio Rolim de Moura.** Doc. 109, [f.49-50v]. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

CÓPIA de Carta do Conselho Ultramarino a Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 2 de julho de 1753. **Livro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos.** Governo de Antônio Rolim de Moura. Doc. 90, [f. 36v]. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

CORTESÃO, Jaime **O Tratado de Madrid.** Brasília: Senado Federal, 2001, v. 2, 2 tomos. (Coleção Memória Brasileira).

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada.** São Paulo: Ática, 1982.

FERREIRA, Mário Clemente. **Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII.** Disponível em: <[http://www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022\\_MarioClementeFerreira.pdf](http://www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2010.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso.** 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). **História geral da civilização brasileira: época colonial.** 7. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1985. t. 1, v. 1.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao governador da Capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749. In: MOURA, Carlos Francisco. **Dom Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja: biografia.** Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, 1982.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Carlos Francisco. **Dom Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja: biografia**. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos – Série: Capitães-Generais, 1).

RELAÇÃO da viagem que fez o Conde de Azambuja da cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá no ano de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de et al. **D. Antônio Rolim de Moura – Primeiro Conde de Azambuja (Correspondências)**. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, 1982.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil - 1719-1819**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

\_\_\_\_\_. **Entradas e bandeiras**. São Paulo: Global, 1985.

Recebido em: novembro de 2010.

Aprovado em: março de 2011.